

**EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL (2013-2021): AUSTRICÍDIO,
NEOCONSERVADORISMO E FILIAÇÃO SINDICAL**

**EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL (2013-2021): AUSTRICIDIO,
NEOCONSERVATISMO Y AFILIACIÓN SINDICAL**

**HIGHER EDUCATION IN BRAZIL (2013-2021): AUSTRICIDE, NEOCONSERVATISM
AND TRADE UNION AFFILIATION**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.55171>

Deise Mancebo¹

Resumo: O artigo analisa o trabalho na educação superior brasileira, particularmente, no que tange às dificuldades que se impuseram à organização dos trabalhadores. Seu desenvolvimento teve por base uma investigação de caráter exploratório, que contemplou pesquisa bibliográfica, levantamentos sistemáticos na imprensa, análise documental de problemáticas convergentes e consulta de dados agregados, adotando, uma perspectiva de investigação quali-quantitativa. O texto compõe-se de três partes: inicia com uma breve apresentação da educação superior no país, a partir de 2013; expõe, em seguida, as principais dificuldades que os sindicatos têm enfrentado; para, ao final, sinalizar algumas alternativas à baixa densidade, atualmente presentes no universo sindical.

Palavras-chave: Educação Superior. Sindicalização.

Resumen: El artículo analiza el trabajo en la educación superior brasileña, particularmente, en lo que se refiere a las dificultades impuestas a la organización de los trabajadores. Su desarrollo se basó en una investigación de carácter exploratorio, que incluyó búsqueda bibliográfica, encuestas sistemáticas en prensa, análisis documental de problemas convergentes y consulta de datos agregados, adoptando una perspectiva de investigación cuali-cuantitativa. El texto consta de tres partes: comienza con una breve presentación de la educación superior en el país, a partir de 2013; expone las principales dificultades que han enfrentado los sindicatos; para, al final, señalar algunas alternativas a la baja densidad, actualmente presentes en el universo sindical.

Palabras-clave: Educación Superior. Sindicalización.

Abstract: The article analyzes work in Brazilian higher education, especially discussing the difficulties imposed on workers' organization. Its development was based on an investigation of an exploratory nature, which included bibliographical research, systematic surveys in the press, documental analysis of converging problems and consultation of aggregated data, adopting a perspective of quali-quantitative investigation. The text consists of three parts: it begins with a brief presentation of higher education in the country, starting in 2013; then exposes the main difficulties that unions have faced; to, in the end, signal some alternatives to low density, currently present in the trade union universe.

Keywords: Higher Education. Unionization.

Introdução

Um dos elementos centrais a se considerar na história do modo de produção capitalista e de seu funcionamento refere-se às crises. A cada uma delas verifica-se que a concentração e centralização da riqueza se acentuam, e que as consequências nefastas sobre as classes trabalhadoras aumentam, seja pelo aumento do custo de vida e da inflação, pelo enxugamento das políticas sociais mas, sobretudo, pela redução do preço da força de trabalho e, conseqüentemente, pelos ataques às formas organizativas dos trabalhadores.

Esse artigo visa à análise das dificuldades que se impuseram à organização e luta de trabalhadores brasileiros, num período de crise, compreendido entre 2013 e 2022, num campo específico do mundo do trabalho – o da educação superior.

Ele foi, em uma versão preliminar, apresentado no VIII Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação (Rede ASTE), em agosto de 2021, e acolheu diversas sugestões dos participantes a quem publicamente agradecemos.

O desenvolvimento da temática ancorou-se numa investigação de caráter exploratório, que contemplou pesquisa bibliográfica, levantamentos sistemáticos na imprensa alternativa e crítica (não hegemônica), análise documental de problemáticas convergentes e necessárias à compreensão do tema (especialmente a legislação pertinente) e consulta de dados agregados já existentes, adotando, portanto, uma perspectiva de investigação que conjugou, a um só tempo, aspectos quantitativos e qualitativos.

A arquitetura do texto compõe-se de três partes. Inicia com uma breve análise da educação superior no país, considerando tanto a rede pública quanto a privada, a partir de 2013. Expõe, em seguida, as principais dificuldades que sindicatos e outras organizações têm enfrentado para reunir trabalhadores para a luta coletiva; para, ao final, sinalizar algumas alternativas à baixa densidade, atualmente presentes no universo sindical.

A educação superior no Brasil: entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo

A educação superior brasileira vê-se envolta em sérios problemas!

A maior rede envolvida com a formação superior é a privada. Ela detinha, em 2021, por ocasião da publicação do último Censo da Educação Superior (INEP, 2022), aproximadamente 76% das matrículas presenciais e à distância. Salvo raríssimas exceções, essa rede é composta por instituições que funcionam pela lógica do lucro que advém da venda de produtos e serviços educacionais, cada vez mais diversificados e em maior número. Desde 2007, adicionalmente, orienta-se pelo financismo e pela lógica especulativa do comércio de títulos, quando algumas grandes corporações – inicialmente, os grupos Anhanguera, Pitágoras e Estácio de Sá – passaram a conceder títulos de propriedade (ações) na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e, nessa circunstância, o que de fato passou a importar “[foi] o grau de rentabilidade que aquele título de propriedade oferecia” (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2020, p. 4), pois esta é a lógica que rege qualquer esfera financeira.

O modelo de gestão utilizado para a garantia do “sucesso” financeiro é o gerencialismo, que acaba por orientar todas as esferas de atividades, no sentido de uma racionalidade dependente do *ethos* econômico. Em consonância, os trabalhadores desse setor são submetidos a jornadas intensas de trabalho – o que vem sendo potencializado pelo emprego das tecnologias digitais –, a baixos salários, a retirada de direitos e a uma eterna insegurança quanto à manutenção dos seus empregos. Um capítulo importante deste processo foi a consolidação do ensino a distância (EAD) nas instituições, que permitiu às empresas educacionais a aferição de novos lucros. Registre-se que mesmo no contexto da pandemia abriram-se novas possibilidades de negócios. Conforme pesquisa desenvolvida pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, em 2021:

[...] as grandes corporações da educação sofreram com dificuldades e restrições durante a pandemia. Os grandes grupos de capital aberto (Cogna, Yduqs, Ânima, Ser, Bahema, Cruzeiro do Sul, Vasta, Afya e Arco) foram afetados pela inadimplência, pela evasão de estudantes, pelas dificuldades financeiras e outros problemas. Mas estas restrições também permitiram que eles avançassem em certas mudanças estruturais. A principal delas parece ser a própria multiplicação de mercadorias educacionais e o surgimento de novos nichos. [...] (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2021, s.p.).

Fato é que os negócios não vão mal para os grandes conglomerados do setor. O ano de 2022, inclusive, deve marcar o maior número de operações de fusão e aquisição, desde que essas companhias abriram seus capitais. Todavia, o custo social desses empreendimentos é muito alto, pois nas instituições de ensino superior (IES) privadas o descompromisso com a qualidade do ensino e com a formação profissional é a regra. O último Censo da Educação Superior (INEP, 2022) demonstrou, inclusive, que em 2021, a taxa de evasão estudantil chegou ao patamar de 38,8% nas IES privadas.

Na outra ponta do sistema, encontra-se a rede pública de educação superior que tem sofrido expressivo sucateamento promovido por governos que, ciosos de seus dogmas austericidas, aprofundam uma política de cortes (ou contingenciamentos) para o financiamento da educação e da ciência e tecnologia (C&T), afetando a um só tempo as ações de ensino, pesquisa e extensão (MANCEBO, 2022).

Amaral (2021) confirma, inequivocamente, essa política, no que concerne à rede federal. Suas investigações sobre a evolução dos gastos da União indicam uma primeira grande queda orçamentária na função “Educação Superior” ocorrida entre 2014-2016, ainda no governo da presidenta Dilma Rousseff, o que se deu através do contingenciamento dos repasses previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). A partir de 2017 (primeiro ano de aplicação da Emenda Constitucional nº 95/2016), já no governo de Michel Temer, esse quadro é aprofundado, fundamentalmente em função de cortes na própria LOA. Conforme o autor:

[ocorreu] uma queda persistente no período em análise [2014-2021], saindo do patamar de R\$ 130 bilhões para um valor inferior a R\$ 100 bilhões. [...] Esta queda significou uma redução de 28,5% nos recursos da Função Educação. (AMARAL, 2021, s.p.).

Obviamente, essa redução afetou em cheio toda a educação superior federal (Universidades, Institutos Federais e os Centros Educacionais de Educação Tecnológica-CEFETs), com drásticas reduções dos recursos para o pagamento de água, luz, internet, vigilância, limpeza, terceirizados, comprometendo, em diversos momentos, o próprio funcionamento geral das instituições nesse período. Muitas instituições tiveram, inclusive, que efetivar demissões em massa de terceirizados e reduzir as políticas e ações de assistência estudantil, inclusive no contexto de pandemia.

Ainda conforme o estudo de Amaral (2021), na função “Ciência e Tecnologia” – onde estão alocados os financiamentos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) – foram aplicados valores em torno de R\$ 12,0 bilhões, em 2014 e, em 2021, a previsão era de que fossem aplicados somente R\$ 5,0 bilhões; o que representa uma redução de 57,1% nos recursos financeiros aplicados nesta função².

Assiste-se, pois, a um sufocamento orçamentário das IES federais – a maior rede de instituições públicas –, potencializado por igual processo na ciência e tecnologia, o que tem conduzido à quase ausência de novos investimentos, ao sucateamento de equipamentos e à não aquisição de insumos necessários ao pleno funcionamento institucional. (MANCEBO, 2022, p. 145).

Como pudemos discutir em outro artigo, a adoção das doutrinas neoliberais tem por base a compreensão de que o gasto público é excessivo e a gestão da austeridade fiscal impõe-se. De um modo geral, esse era o clima que vivemos no Brasil, e que afetou as IES públicas, pelo menos desde o início do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, em 2015. A partir do golpe de 2016, os responsáveis pela economia aprofundaram a política do austericídio, radicalizando o desmonte do Estado na sua face social e a destruição das políticas públicas voltadas à maioria da população, dentre elas, as referentes às políticas para a educação superior (MANCEBO, 2020a).

Adicionalmente, o neoliberalismo fomentou a introdução dos parâmetros de funcionamento de uma empresa no interior do serviço público. Para tal, dentre outros instrumentos, foram criadas ferramentas de aferição e certificação de qualidade, com um sistema hermético e totalitário de avaliações e comparações constantes; que condicionam a distribuição dos recursos cada vez mais parcos, sempre submetidos a metas de aumento de produtividade. Em decorrência, o ritmo de trabalho foi intensificado, exigindo dos trabalhadores inovação e flexibilidade, para o alcance das metas cada vez maiores; em prazos cada vez mais exíguos.

No que tange à formação, cabe o registro de que, no mundo, e também no país, “a profissionalização dos estudos [tem imposto] uma porosidade cada vez maior às culturas, aos valores e às lógicas próprias dos diferentes mundos profissionais, e especialmente ao mundo dos negócios privados” (LAVAL, 2023, s.p.) e a pesquisa, por seu turno, tem-se tornado “cada vez mais porosa às expectativas dos patrocinadores privados e públicos dos quais depende a concessão de recursos às unidades de investigação”. (LAVAL, 2023, s.p.).

Enfim, todas essas mudanças afetam fortemente a autonomia universitária e põem em questão não apenas os modos de organização ou “governança” da educação superior, mas sua definição, seus objetivos, suas funções sociais, culturais e políticas. (LAVAL, 2023).

Para encerrar esse breve diagnóstico da educação superior no país, deve-se registrar que, desde as manifestações de 2015, assistimos a um avanço conservador explícito poucas vezes visto na história da sociedade brasileira. Com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, em 2018, pode-se afirmar que, para além do neoconservadorismo, o país aproximou-se de um regime neofascista, pelo menos no que tange às

mentiras, manipulação, violência, cultivo do ódio para com os inimigos internos, opressão e racismo. (MANCEBO, 2022).

Infelizmente, esse roteiro também não se limita ao Brasil. No campo crítico, diversos autores têm ressaltado que um dos grandes impactos da crise de 2008 foi a perda de legitimidade do neoliberalismo, cuja saída foi se tornar mais autoritário. Assim, assistimos mundo afora ao fortalecimento de movimentos neofascistas e a eleição de governos de extrema direita em muitos países, em especial, na Hungria, Polônia, Ucrânia, Índia, EUA e, também, no Brasil, que vêm travando uma genuína “guerra cultural”: “uma doutrina de combate difuso na esfera dos valores, ideias e concepções de mundo através da manipulação massiva de informações com o uso de novas tecnologias digitais”. (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2021).

No caso brasileiro, a doutrina da “guerra cultural” combina ideias da extrema direita estadunidense, da direita militar brasileira e do olavismo, comportando forte fundamento xenófobo, racista, sexista e fascista, “pois apresenta um grupo como guardião de um mundo cristão-ocidental idealizado e ameaçado pelo pretense avanço do anticristianismo, do comunismo, do ateísmo, da depravação sexual e de culturas estrangeiras alienígenas”. (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2021, s.p.).

Como já apresentamos em outro texto:

Desafortunadamente, a educação, as universidades, as escolas, a ciência e a cultura com seus professores, estudantes, artistas, cientistas e intelectuais têm sido alvos privilegiados desta agressão. [Neoconservadores e neofascistas] partem do princípio de que a esquerda conquistou uma hegemonia no mundo da cultura. [A academia] é o ninho onde se alimentam os esquerdistas e onde se propaga o “marxismo cultural” e para derrotar definitivamente esse “fantasma vermelho” julgam necessário golpear e anular politicamente as instituições que abrigam a cultura, a ciência e a educação. (MANCEBO, 2020a, p. 7-8).

Essa “guerra cultural” materializou-se, particularmente nos últimos quatro anos, na adoção de uma série de atos que feriram a autonomia universitária e que foram desde a nomeação de reitores que não foram legitimados por suas comunidades, até as inúmeras tentativas de implantar uma educação interessada, empreendedora, integrada ao mercado, acrítica e tutelada³.

Assim, a agenda de desmonte das universidades públicas brasileiras foi sendo acrescida progressivamente de elementos de conteúdo moral que, para além de justificar a destruição do seu caráter público e o escoamento de recursos para o setor financeiro e as corporações do ensino superior privado, fomentam a vigilância e controle do conteúdo das pesquisas e atividades acadêmicas, perseguições a pesquisadores e estudantes e o cerceamento da autonomia didático-científica e administrativa. Em síntese, se por um lado, a agenda neoliberal estabelece as bases materiais da precarização das universidades, por outro, a agenda ultraconservadora e neofascista promove a sua desqualificação perante a sociedade.

Em linhas gerais, essa era a conjuntura que encontrávamos na educação superior brasileira. Com a chegada do novo Coronavírus no país, a situação complexificou-se. A maior parte das atividades desenvolvidas até então pelas instituições de educação superior foi interrompida e aos trabalhadores das redes pública e privada foi “oferecido” o *home office* quase que de forma automática, com pouquíssima discussão, na maior parte das instituições. (MANCEBO, 2022). Assim, muitos dos efeitos deletérios que

têm sido registrados para os profissionais em *trabalho remoto* passaram a frequentar a vida desses trabalhadores:

[...] a casa foi reorganizada para o atendimento das necessidades do trabalho, novos equipamentos precisaram ser adquiridos, as jornadas progressivamente foram extrapolando o acordado e novas desigualdades se estabeleceram entre aqueles que têm condições de acompanhar as mudanças tecnológicas e aqueles que não se adaptam ao novo contexto laboral. Nesse ponto, [...deve-se destacar que] as demandas com cuidados de crianças, idosos, doentes, que se exigem de forma particular às mulheres – dada a desigual e opressiva divisão sexual do trabalho reprodutivo na sociedade em que vivemos –, limitaram em muito as possibilidades de cumprimento do trabalho remoto a contento. (MANCEBO, 2020b, p. 110).

Feito esse breve diagnóstico, cabe perguntar-nos sobre a organização, as resistências e as lutas que os trabalhadores têm desenvolvido.

As dificuldades do sindicalismo

O breve diagnóstico da educação superior no país demonstra, cabalmente, que para os trabalhadores desse setor os problemas são muitos e de diversas ordens!

Sem dúvida, uma das frentes mais importante de enfrentamento dessas problemáticas e de defesa dos trabalhadores são os sindicatos. Todavia, pode-se afirmar que, em boa parte do mundo, e também no Brasil, a mobilização dos trabalhadores tem-se apresentado com baixa intensidade, o que tem impactado, sobretudo, o trabalho de sindicalização e a ação geral dos sindicatos. (CARDOSO, 2023).

No Brasil, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua/IBGE - indicam que, de 2012 a 2019, os sindicatos perderam 3,8 milhões de filiados no Brasil. Em 2012, 16,1% da população ocupada era sindicalizada. Em 2019, somente 11,2% dos profissionais estavam associados a sindicatos (IBGE, 2020a), como se pode apreciar na Tabela 1.

Tabela 1 – Taxa de sindicalização por grupamentos de atividades no trabalho principal - Brasil - 2012/2019

Grupamentos de atividades no trabalho principal	2012	2016	2017	2018	2019
Total	16,1	14,9	14,4	12,5	11,2
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	23,2	22,4	21,1	19,1	19,4
Indústria geral	21,1	18,0	17,1	15,2	13,5
Construção	8,9	6,6	6,9	5,2	4,2
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	10,5	10,4	10,0	8,1	7,4
Transporte, armazenagem e correio	20,8	18,4	17,5	13,5	11,9
Alojamento e alimentação	7,7	7,6	6,8	5,7	5,6
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	18,8	17,5	16,9	13,5	12,0
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	24,8	23,7	23,6	22,0	18,4
Outros Serviços	6,1	5,9	6,2	5,3	4,8
Serviços domésticos	2,7	3,5	3,1	2,8	2,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2019.

Infelizmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não apresenta séries históricas específicas sobre os trabalhadores da educação. Em suas análises, como destacamos na Tabela 1, esses trabalhadores são incluídos em um grupamento de atividade maior, com o título “Administração pública,

defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais”. Mesmo com essa limitação para o nosso texto, é interessante observar que, em 2019:

[...] a maioria dos grupamentos de atividades mantiveram a trajetória de queda [na sindicalização] que já havia sido registrada em 2018, embora com intensidade menor. A principal exceção foi no [grupamento] “Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais”, que reduziu sua população sindicalizada em 531 mil pessoas, a maior queda anual de toda a série histórica. (IBGE, 2020a, s.p.).

Os motivos para tal esvaziamento são muitos e complexos. Numa tentativa de síntese, podemos destacar quatro grandes problemáticas a contribuir para esse quadro:

1 – Um primeiro aspecto a se considerar, diz respeito aos próprios trabalhadores e às duríssimas condições de sobrevivência a que a grande maioria se encontra submetida, com destaque para a exploração e a opressão que envolve alguns de seus segmentos, como é caso das mulheres e dos negros e negras.

Os dados sobre as condições de vida da população brasileira são alarmantes!

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios o IBGE (PNAD Contínua, de maio de 2023), a população desocupada no Brasil compreende 9,1 milhões de pessoas, correspondendo a uma taxa de desocupação de 8,5% no trimestre móvel encerrado em abril de 2023. A taxa de informalidade foi estimada em 38,9% da população ocupada, o que significava 38 milhões de trabalhadores informais em abril de 2023. (IBGE, 2023).

A inflação é outro problema sério. O ano de 2022 encerrou com uma alta da inflação de 5,8%. Houve, por certo, um recuo em relação ao observado em 2021 (10,1%) (IPEA, 2023), todavia, se considerarmos o somatório de desocupação/desemprego e aumento dos preços das mercadorias fundamentais para o consumo encontramos um quadro econômico grave, que aprofundou a desigualdade e que recolocou o país no Mapa da Fome.

Essa pequena amostra das condições de vida de grande parte da população brasileira dá a medida de uma dinâmica da luta de classes. Quando a vida está atrelada a necessidades tão básicas não atendidas, a experiência humana volta-se para atividades de sobrevivência e para a busca de soluções imediatas para seu atendimento, o que raramente se alcança nos enfrentamentos e acordos sindicais.

As condições de trabalho, com jornadas ampliadas e intensificadas e, especialmente, a elevadíssima rotatividade do trabalho no país também não são animadoras para que o trabalhador dedique algum tempo adicional de sua vida à participação sindical. (MANCEBO, 2022).

Cabe destacar que as circunstâncias anteriormente citadas são particularmente mais desiguais quando se considera os recortes de raça e gênero. Depieri, Ganaka e Bugni (2022, n. p.), bem sintetizam a questão na seguinte passagem:

As articulações decorrentes da intersecção gênero, raça e classe estruturam as relações sociais e imprimem na vida das mulheres e das pessoas negras deste país as assimetrias de ordem econômica e social. [...] São transferidas para os mais vulneráveis as inserções mais precárias, com sobrerrepresentação no setor informal, menores rendimentos, maiores níveis de desocupação, e, cada vez mais, maior participação dentre os subutilizados.

Por fim, às dificuldades dos trabalhadores de uma maneira geral, deve-se somar os problemas enfrentados pelos dirigentes sindicais. Poucos dirigentes são liberados para a atuação sindical, especialmente no setor privado; além disso, o exercício do mandato impõe problemas incontornáveis aos militantes, incluindo a possibilidade de sofrer perseguições e demissões. (MANCEBO, 2022).

2 – Em segundo lugar, há que se citar os ataques patronais em diversos níveis, que vão das ameaças, assédios e mesmo punições nos locais de trabalho até os grandes atos reguladores. Só para citar as principais legislações aprovadas, que afetaram diretamente a força de trabalho, podemos citar: a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95, de 15 de dezembro de 2016; da Lei da Terceirização (Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017), da (Contra) Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017) e da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019).

Essas mudanças legislativas, ocorridas desde 2016, legalizaram a precarização, incentivaram postos de trabalho de baixa qualidade, ampliaram a vulnerabilidade e a insegurança no emprego, suprimiram direitos, arrocharam salários e dificultaram a atuação sindical. Foram regulações incentivadas por uma parte do empresariado, motivada com a possibilidade de redução do custo do trabalho e com o arrefecimento das lutas sindicais.

Como se pode observar na Tabela 1, a queda no número de sindicalizados já vinha ocorrendo desde 2014, mas foi em 2018 que ela ocorreu de modo mais expressivo – 1,5 milhão de trabalhadores cancelaram a adesão aos sindicatos naquele ano. “Tudo leva a crer que [a queda do número de sindicalizados] se acentuou com a reforma trabalhista”. (IBGE, 2020b, s.p.).

Conforme Ganz Lúcio (2022), com a nova legislação, foram alterados 117 artigos e outros 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, movimento que operou um verdadeiro ataque aos direitos laborais e sindicais dos trabalhadores. A partir da (Contra) Reforma Trabalhista, direitos podem ser reduzidos pelas convenções; os acordos coletivos celebrados no âmbito da empresa podem diminuir garantias previstas nas leis e nas convenções; o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho foi limitado, vários novos tipos de contratos foram introduzidos (tempo parcial, trabalho temporário, intermitente, autônomo exclusivo, terceirizado sem limite, teletrabalho, trabalho em casa), de modo que “as empresas passaram a ter inúmeros instrumentos para garantir máxima proteção e liberdade jurídica para ajustar o custo do trabalho”. (s.p.).

De um modo geral, os trabalhadores têm sido incentivados e estimulados, através de inúmeras práticas antissindicais e de submissão patronal, a não apoiar ou financiar os sindicatos, cabendo destaque à (Contra) Reforma Trabalhista que derrubou a obrigatoriedade da contribuição sindical anual⁴, afetando a organização e mobilização sindical como um todo.

Quanto à queda da sindicalização do grupamento “Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais”, uma pesquisadora do IBGE (Adriana Beringuy) registrou mais um aspecto a ser considerado: as aposentadorias.

Diante da tramitação da Reforma da Previdência, em 2019, vários servidores públicos que já reuniam alguns requisitos para aposentadoria adiantaram seus pedidos. No primeiro semestre de 2019, houve mais pedidos de aposentadoria no setor público do que em todo o ano de 2018. Os servidores mais

antigos costumam ser associados a sindicatos, e suas aposentadorias representaram uma queda na taxa de sindicalização. (IBGE, 2020b, s.p.).

3 – Um terceiro aspecto a se destacar nessa discussão refere-se à própria concepção estratégica hegemônica na esquerda brasileira. Boa parte da esquerda priorizou a luta institucional, em detrimento de reformas estruturais profundas que pudessem, de fato, colocar em perspectiva a tomada de poder do Estado brasileiro pelas classes populares. Referimo-nos, em particular, ao Partido dos Trabalhadores (PT), que governou o país por quase 14 anos (2003-2016), nos quais não priorizou a organização popular, a educação política e a disputa ideológica na sociedade durante seus governos progressistas. (MANCEBO, 2022). Nos governos petistas, “a tática da institucionalidade foi se sobrepondo à mobilização popular” (p. 11), o que era tático foi se tornando estratégico, promovendo uma acomodação coletiva das organizações, “descolada do trabalho de base, da educação política e da disputa ideológica da classe trabalhadora” (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2021, p. 11). Desse modo, conforme Leher (2020):

[...] a grande maioria da militância de esquerda “se desconectou” da auto-organização da classe trabalhadora e, resultante desse afastamento, perdeu a capacidade de “prosear” com o povo, especialmente com a juventude que vive em condições de precariedade, os trabalhadores uberizados, os autoempreendedores e, mais genericamente, com os moradores das favelas e das periferias. Desse modo, iniciativas da extrema direita que já estavam em curso ganharam nova escala. (p. 35).

4 – Por fim, a fortíssima influência da ideologia neoliberal deve ser considerada. Concordamos com Dardot e Laval (2016), quando afirmam que o neoliberalismo não se resume às políticas econômicas, mas constitui uma racionalidade que perpassa todas as esferas sociais, incluindo a produção de subjetividades. Para os autores, na atual fase do neoliberalismo, desenvolve-se toda uma governança dos homens, por meio da universalização da lógica da concorrência e uma importante e generalizada convocação do sujeito a se comportar como uma empresa em seu modo de agir e pensar suas relações com os outros e consigo mesmo. Assim, a lógica da competição generalizada, da concorrência, do permanente aprimoramento de si e do empreendedorismo aprofunda-se na nova razão neoliberal do mundo e nesse movimento da capitalização individualizada, do individualismo e da meritocracia, o campo coletivo é progressivamente desvalorizado e abandonado, no que se inclui a participação sindical.

As novas tecnologias ocupam um lugar importante nessa construção pois, com plataformas e teletrabalho, o mundo do trabalho atomiza-se, fazendo de cada trabalhador uma unidade produtiva pressionada pela meritocracia para alcançar metas, mas desagregada e desligada dos demais.

Assim, a cultura de valorização do individual, do empreendedorismo e do autocrescimento, tão cultivada na sociedade, conduz os trabalhadores, de um modo geral, a acharem que conseguem resolver seus problemas individualmente, sem a ajuda do sindicato ou de outras formas de organização coletiva.

Considerações finais

O breve diagnóstico traçado ao longo desse texto apontou para dois grandes eixos de análise que têm afetado negativamente os trabalhadores: a adoção das políticas neoliberais aliadas ao neoconservadorismo (e ao neofascismo).

As organizações sindicais seriam um campo privilegiado de enfrentamento a ambos, todavia vive-se uma quadra histórica de baixa intensidade de mobilização e de organização dos trabalhadores em torno de suas entidades. Trata-se, portanto, de uma conjuntura complexa e de estreitas possibilidades de mudanças mais substantivas, mas exatamente por conta desse diagnóstico, é imperioso o enfrentamento e a implementação de ações que aqueçam a mobilização.

No que tange à educação superior, consideramos que o enfrentamento às políticas nefastas atualmente em vigor deve combinar agendas que combatam o austericídio – braço do neoliberalismo – e a “guerra cultural” – braço de sustentação do neoconservadorismo e do neofascismo. Impõe-se a reversão do estrangulamento orçamentário das instituições de ensino superior e da área de C&T, a desmercantilização desse nível de ensino, bem como a retomada radical da autonomia universitária e o fortalecimento das lutas antifascistas. (MANCEBO, 2022).

Para tal, faz-se necessário o fortalecimento da atuação organizada de trabalhadores e trabalhadoras, em suas entidades de classe, mediante a retomada mais vigorosa de um trabalho de base, que tome como referência os princípios da atuação coletiva e que seja capaz de restabelecer a confiança e a esperança dos trabalhadores para a defesa da educação pública, crítica e libertária e para a necessidade de superação da ordem sociometabólica instaurada pelo capital. Requer, portanto, um sindicalismo renovado, autônomo, que estimule uma maior agregação sindical, amplie sua representatividade e que promova a unidade dos trabalhadores.

Por fim, o caráter multidimensional e existencial das crises que a humanidade e a vida no planeta enfrentam nos obriga a construir e fortalecer todos os espaços de encontro possíveis para que, de maneira coletiva, construamos um horizonte comum, interseccional e inclusivo, que nos permita recuperar a iniciativa social e política. (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2021).

Referências:

AMARAL, Nelson Cardoso do. Dois anos de desgoverno – os números da desconstrução. **A Terra é Redonda**, 8 abr. 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-os-numeros-da-desconstrucao>>. Acesso em: 29 set. 2022.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. Sindicato, primeira e mais importante linha de defesa do trabalhador. **Brasil 247**, 18 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/sindicato-primeira-e-mais-importante-linha-de-defesa-do-trabalhador>>.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEPIERI, Marcelo Álvares de Lima; GANAKA, Cristiane; BUGNI, Renata Porto. Raça e gênero: as desigualdades no mercado de trabalho brasileiro. **Brasil de Fato**, 16 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/16/raca-e-genero-as-desigualdades-no-mercado-de-trabalho-brasileiro>. Acesso em: 9 nov. 2022.

GANZ LÚCIO, Clemente. Sindicatos: propostas para enterrar a contrarreforma. **Outras Palavras**, 07 jul. 2022. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/sindicatos-propostas-para-enterrar-a-contrarreforma/>>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Em 2019, mesmo com expansão da ocupação, sindicalização segue em queda no Brasil. **Agência IBGE Notícias**, 28 ago. 2020a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de>

noticias/releases/28666-em-2019-mesmo-com-expansao-da-ocupacao-sindicalizacao-segue-em-queda-no-brasil>. Acesso em: 5 jun. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Taxa de sindicalização cai a 11,2% em 2019, influenciada pelo setor público. **Agência IBGE Notícias**, 26 ago. 2020b. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28667-taxa-de-sindicalizacao-cai-a-11-2-em-2019-influenciada-pelo-setor-publico>>. Acesso em: 5 jun. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desemprego fica estável em 8,5% no trimestre até abril, menor taxa para o período desde 2015. **Agência IBGE Notícias**, 31 maio 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37022-desemprego-fica-estavel-em-8-5-no-trimestre-ate-abril-menor-taxa-para-o-periodo-desde-2015>>.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2021**. Brasília, 2022. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.a>>. Acesso em: 5 jun. 2023.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **A educação brasileira na bolsa de valores**: as oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional, out. 2020. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/10/20201015_Financeirizac%CC%A7a%CC%83o-da-Educac%CC%A7a%CC%83o_Web.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Os desafios da esquerda no Brasil**, 11 maio 2021. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-40-esquerda-brasileira/>>. Acesso em: 25 set. 2022.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Análise e projeções de inflação**, 28 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2023/03/analise-e-projecoes-de-inflacao-8/#:~:text=Ap%C3%B3s%20encerrar%202022%20com%20alta,era%20de%205%2C6%25>>.

LAVAL, Christian. Da universidade neoliberal à universidade como comum. **Blog do Valdemar**, 19 jan. 2023. Disponível em: <<https://vsguissardi.com.br/da-universidade-neoliberal-a-universidade-como-comum/>>.

LEHER, Roberto. Formação política como luta contra a autocracia neofascista. In: BARBOZA, Douglas Ribeiro; BOTELHO, Jacqueline (Orgs.). **Lutas sociais e ofensiva do capital no Brasil contemporâneo**: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 29-48.

MANCEBO, Deise. Pandemia e educação superior no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v.14, p. 1-15, jan./dez. 2020a.

MANCEBO, Deise. Trabalho remoto na educação superior brasileira: efeitos e possibilidades no contexto da pandemia. **Revista USP**, São Paulo, v. 127, p. 105- 116, 2020b.

MANCEBO, Deise. Educação superior no Brasil: austericídio, pandemia e filiação sindical. In: MANCEBO, Deise; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; DAL ROSSO, Sadi (Orgs.). **Associativismo e sindicalismo em educação e crises do capitalismo contemporâneo**. Jundiaí: Paco Editorial, 2022. p. 141-156.

Notas

¹ Doutora em Educação (História e Filosofia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (1995) e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). É professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Atualmente desenvolve suas principais atividades no Programa de Políticas Públicas e Formação

Humana (PPFH/UERJ), do qual foi fundadora e membro da coordenação de 2006 a 2012. Participa da Rede Universitas/Br, desde sua criação e é sua coordenadora desde 2016. É membro da coordenação colegiada da Rede Aste. É líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Trabalho na educação superior. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2927772536168456>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8312-4495>. E-mail: deise.mancebo@gmail.com.

² Nesse mesmo artigo, Amaral (2021) apresenta-nos os recursos financeiros liquidados para outras funções. É elucidativo perceber que nas ações associadas ao Refinanciamento da Dívida, ao pagamento de Juros, Encargos e Amortização da Dívida e à Função Defesa Nacional, o comportamento dos recursos orçamentários no período 2014-2021, se altera completamente: é ascendente, justo o oposto do que analisamos para a educação e ciência e tecnologia.

³ A análise do Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se revela um primoroso exemplo de educação interessada e integrada ao mercado. O Ministério da Educação já apresentou quatro versões do Future-se (em julho e outubro de 2019 e em janeiro e maio de 2020) e, se aprovado, em qualquer das suas versões, o Future-se, que parte da dicotomia redutora e falsa de que o problema é o Estado e a solução é o mercado, deixará as IES ao sabor das oscilações do mercado (financeiro) e de interesses estranhos ao ambiente universitário.

⁴ A contribuição sindical era obrigatória antes da (Contra) Reforma Trabalhista e, a partir desta, passou a ser facultativa, necessitando da autorização anterior e expressa de cada trabalhador para ser descontada. O campo crítico dos movimentos sindicais sempre questionou a contribuição obrigatória, pois entendia que esta acomodava muitas direções sindicais e contribuía para a burocratização do aparelho sindical. Todavia, a introdução dessa mudança, sem uma preparação prévia das entidades, decididamente, deixou-as sem condições de arcar com seus compromissos e de realizar as necessárias lutas sindicais.

Recebido em: 26 de jun. 2023

Aprovado em: 23 de jul. 2023